

# COMO A PREVIDÊNCIA IMPACTA NO SEU BOLSO

**COM UM DÉFICIT** de R\$ 2,7 bilhões em 2014 no pagamento de benefícios, Santa Catarina já é o segundo Estado que mais compromete a receita com aposentadorias e pensões no país. Para evitar um rombo ainda maior no futuro, o governo precisa fazer a lição de casa e ajustar as contas agora

## ESTELA BENETTI

Colunista de economia do DC  
ebenetti@diariocatarinense.com.br

**A**pós se tornar o maior problema financeiro do Estado, o déficit da previdência dos servidores entrou na pauta do governador Raimundo Colombo (PSD) e do secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni. O rombo consiste na diferença entre o que servidores e governo arrecadam de contribuições para aposentadorias e pensões e o total de dinheiro necessário para pagar os cerca de 63 mil benefícios atuais.

Por isso, Colombo planejou medidas para reduzir o déficit ao enviar para a Assembleia Legislativa a proposta que eleva as alíquotas de contribuição dos servidores de 11% para 14% até 2018 e a que cria o SCPrev. O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintesp) não concorda e promete mobilização para evitar a perda de renda para os servidores.

– A receita de SC é não repassar o custo do Estado para a sociedade, e sim diminuir esse custo. Mesmo que para isso tenhamos que enfrentar assuntos espinhosos – diz Gavazzoni.

O fato é que a maioria dos Estados e o governo federal enfrentam déficit para pagar aposentados e pensionistas. Além disso, a recessão profunda está agravando o problema e, na avaliação de especialistas, mudanças são fundamentais para reduzir as despesas e buscar o equilíbrio financeiro para o Estado e ampliar serviços aos cerca de 6,8 milhões de catarinenses.

No ano passado, a despesa com a Previdência no governo catarinense chegou a R\$ 4,3 bilhões, a arrecadação própria somou R\$ 1,7 bilhão e o tesouro estadual teve que aportar a diferença, o equivalente a R\$ 2,7 bilhões. O déficit ficou em 15,3% da receita corrente líquida, um resultado que deixa SC atrás apenas do Rio Grande do Sul, que atingiu 25,05% da receita. Para 2015, a projeção é que chegue a R\$ 3,1 bilhões. Para 2020, a situação será insustentável, alerta Gavazzoni.

Analistas da Fazenda estimam que esse déficit somará R\$ 7,8 bilhões, cifra que o Estado não poderá pagar. Para se ter ideia do peso do gasto em 2014, essa cifra é quase igual à destinada para toda a área de saúde no ano, incluindo o pa-

66  
A receita de SC é não repassar o custo do Estado para a sociedade, e sim diminuir esse custo. Mesmo que para isso tenhamos que enfrentar assuntos espinhosos

## ANTONIO GAVAZZONI

Secretário da Fazenda de SC

gamento dos servidores, os serviços de um modo geral e os investimentos.

Se o sistema fosse equilibrado, sobriaria mais dinheiro para investimento em segurança, educação, saúde e infraestrutura, o que melhora a qualidade de vida das pessoas e impulsiona a economia. Na prática, uma parte dos impostos que cada um paga poderia ser aplicada em serviços públicos acaba destinada a completar esse rombo da previdência.

Os cálculos atuariais apontam que para suportar os custos das aposentadorias dos servidores que ingressaram no quadro até julho de 2008, seria necessário um fundo de R\$ 178 bilhões. Como não foi constituído, todo o dinheiro tem que vir do tesouro do Estado.

## AS VANTAGENS DA ADESÃO DE PLANO COMPLEMENTAR

Entre as novidades previstas no novo plano SCPrev que está sendo apreciado pela Assembleia está a criação de uma previdência complementar. Isso além da oferta, para todos, de plano que acompanha o teto do INSS, que é de R\$ 4.663 mil. A superintendente da Previsão (o fundo de previdência da Fiesc, Fecomércio, Univali, Fiepj), Regidia Franz, afirma que o plano complementar é importante para o equilíbrio das finanças dos aposentados que nessa fase da vida têm mais despesas porque precisam ter seguro saúde e viajam mais.

Para ampliar essa oportunidade, a Fiesc lançou este ano o Industriaprev, permitindo que todo o trabalhador da indústria do Estado tenha seu plano complementar. Como a entidade faz a gestão, fica mais barato. A adesão é livre.

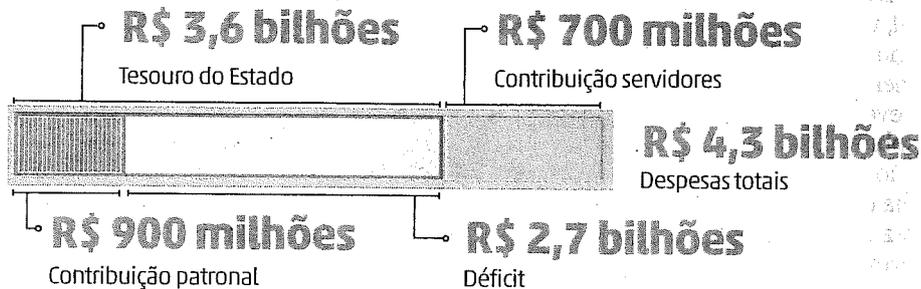
## EM NÚMEROS

Entenda a evolução dos gastos do governo e a contribuição dos pensionistas para fechar as contas em Santa Catarina:

2014

63,2 mil

Aposentados e pensionistas em SC



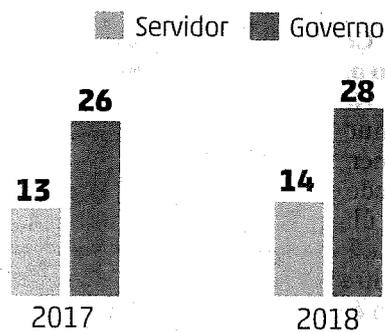
### EVOLUÇÃO DO DÉFICIT



Como é hoje  
Fundo financeiro %



Elevação gradual  
da alíquota em%



- Vai crescer a alíquota de contribuição dos servidores admitidos até 26 de junho de 2008, vinculados ao Fundo Financeiro e a alíquota de contribuição que o Estado aporta aos servidores do fundo financeiro. Para os ativos, a incidência de alíquotas se dará sobre o total do salário.
- Para os inativos e pensionistas, as novas alíquotas só vão incidir sobre o valor exce-

dente ao teto do INSS (R\$ 4,6 mil).

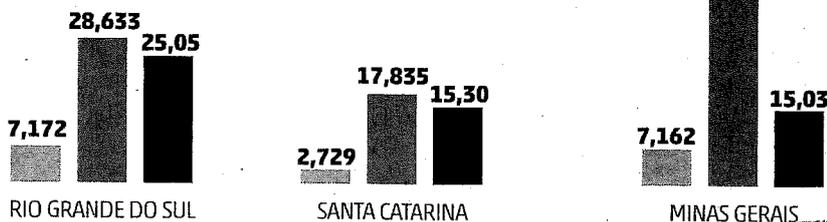
- Para quem entrou depois de 2008, não muda nada. Esses servidores contribuem com 11% do salário integral e o governo com o mesmo valor. Hoje, o Fundo Previdenciário, criado em 2008, tem 13,2 mil servidores e é superavitária, com poupança de aproximadamente R\$ 800 milhões.

### COMO O ROMBO FICOU DESSE TAMANHO?

Ao longo do tempo, os governos não fizeram poupança para se prevenir no futuro. Esse rombo só foi percebido em 2004, muito tarde. No passado, não houve um planejamento.

#### Comparativo com outros Estados

- Aporte ao regime de previdência
- Receita corrente líquida (em R\$ bi)
- % do aporte x receita corrente líquida



Fonte: Secretaria da Fazenda do Governo Estadual

O que diz o sindicato dos servidores

# “A idade mínima já deveria ser mais alta no Brasil”

ENTREVISTA

RAUL VELLOSO

Economista



*Um dos maiores especialistas do país em contas públicas e PhD em economia pela Universidade de Yale, EUA, o economista Raul Velloso falou ao Diário Catarinense sobre o desafio da Previdência em SC e no Brasil.*

## Com a crise, o debate da idade mínima para aposentadoria voltou. Na avaliação do senhor, que idade seria ideal para a aposentadoria no Brasil?

Devemos olhar outros países. No Brasil, no caso de servidores públicos é 65 anos para homens e 60 anos para mulheres. Eu acho no mínimo isso, mas já deveria ser mais alto pelo aumento da sobrevida que o IBGE calcula todo o ano. As pessoas se aposentam, em média com 57 anos. É muito cedo. O INSS fez mudanças para o regime geral de previdência, mas entre as regras que não foram aprovadas a principal foi idade mínima. Não passou porque o então deputado Antonio Kandir votou contra a idade mínima. Ele deu umas desculpas, mas isso mudou o resultado porque faltou apenas um voto. O Brasil é um dos poucos países que não tem idade mínima ou tem uma média baixa comparada com outros países.

## Como melhorar as receitas no curto prazo para pagar aposentadorias?

No curto prazo, se não houver uma mudança, o que dá para fazer é aumentar as contribuições dos aposentados. Eles não contribuíam, mas com a última reforma previdenciária, passaram a contribuir sobre o valor que ultrapassa o teto do INSS. O único jeito é tirar de volta. Mas é uma medida superimpopular.

## O que o senhor acha que poderia mudar nas pensões?

Quando os planos projetam con-

tribuição, só olham o aposentado. A pensão merece atenção. Em nenhum país do mundo a pensão para o cônjuge é integral. Aqui no Brasil é (para o regime geral). Quando morre um, o outro não precisa ganhar a mesma coisa porque é uma pessoa a menos (em SC o percentual já foi reduzido para 70% no caso dos servidores do Estado). Além disso, muitos fundos não cobram todos os benefícios e não são cobertos depois. Uns exemplos são auxílio doença e pensão. O princípio básico é que todos os custos sejam cobertos com contruições. Nem sempre isso acontece. Se o plano estiver todo redondinho cobrindo todas as despesas, é possível olhar para a frente porque o plano entrará em equilíbrio, vai se sustentar.

## Outra opção para melhorar as receitas seria o crescimento econômico...

Isso, infelizmente, não é uma coisa que a gente pode contar. Ou acontece, ou não.

## Como vê os desafios específicos dos Estados?

Muitos pensam que a Previdência da União está com mais dificuldades. Mas houve uma reforma na União. O problema dos Estados é que, se eles seguiram esse modelo da União, demora para ter um regime coberto com contribuições porque não valeu imediatamente para todos. Só afetou os novos. Vai levar 30 anos até incluir todo mundo. Já avançou bastante.

Com posição contrária às duas propostas de mudanças na Previdência propostas pelo governo estadual, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintesp) está articulando reação da categoria. O presidente da entidade, Maurino Silva, vai chamar os servidores públicos para uma assembleia geral na terça-feira, 1ª de dezembro, às 13h, na Praça Tancredo Neves, em frente da Assembleia Legislativa.

– Os servidores estaduais têm data-base e há três anos o governo não recompõe nenhum centavo de perda salarial. Agora, faz um assalto ao bolso do servidor, tirando mensalmente 1% do salário mensal para a Previdência – afirmou Silva para quem essa alta acumulada em três anos leva 36% do salário.

O sindicato também é contra o SC-Prev para os novos servidores, que prevê aposentadoria até o teto da Previdência universal, R\$ 4.663, mais fundo de previdência complementar. Silva afirma que há déficit porque o Estado não está contrando pessoal para as vagas de quem se aposenta e, também concede isenção de R\$ 5 bilhões em imposto a empresas privadas.

“

Os servidores estaduais têm data-base e há três anos o governo não recompõe nenhum centavo de perda salarial. Agora, faz um assalto ao bolso do servidor, tirando mensalmente 1% do salário mensal para a Previdência

**MAURINO SILVA**

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintesp)



**UPIARA  
BOSCHI**

upiara.boschi@  
diariocatarinense.com.br

## O ano em duas semanas

*A Assembleia Legislativa terá menos tempo para ser convencida do aumento das alíquotas previdenciárias do que teve o próprio governador Raimundo Colombo (PSD). Desde o começo do ano, quando iniciou com os demais poderes do Estado a discussão sobre a reforma da previdência, o secretário Antonio Gavazzoni (PSD), da Fazenda, já defendia a medida.*

*Inicialmente, Colombo determinou que fosse realizada a primeira parte da proposta, a criação do SCPrev e aplicação de teto da iniciativa privada aos futuros servidores estaduais. A frase "estamos mexendo com o futuro, não com o passado" era uma espécie de mantra, embora Gavazzoni defendesse como posição pessoal o aumento da contribuição dos servidores atuais de 11% para 14% – cerca de R\$ 160 milhões anuais para ajudar a pagar uma déficit foi de R\$ 2,7 bilhões em 2014 e já bate em R\$ 3,1 bilhões este ano:*

*Era justamente a pequena dimensão do aumento das alíquotas frente ao tamanho do rombo que fazia Colombo resistir. Ele conhece o custo político desse tipo de medida e demorou a convencer-se de que valeria o desgaste. Mesmo assim, deixou o secretário lançar o tema à sociedade, em diversos artigos e entrevistas. Foram meses de conversas até que o governador deu aval ao secretário, o que só aconteceu no dia 20 de novembro. Pediu apenas que o aumento fosse escalonado, um ponto percentual por ano. Três dias depois o projeto estava na Assembleia.*

*Os deputados começam a analisar efetivamente a mudança nesta terça-feira. Se for cumprido o calendário de sessões, terão apenas duas semanas para fazer as contas e ouvir as pressões contrárias da pequena oposição partidária e da barulhenta oposição sindical. O roteiro está definido. Serão realizadas reuniões conjuntas das principais comissões e a proposta vai a plenário na semana seguinte. Se os deputados resistirem ao calendário apertado, o presidente da Alesc, Gelson Merisio (PSD), avisa: o ano legislativo só termina com a aprovação do orçamento e ele não será pautado até a votação das alíquotas previdenciárias e o novo plano de carreira do magistério. Ou seja: é votação-relâmpago ou avançar janeiro no plenário.*

# Novas medidas para os inativos

A Secretaria da Fazenda buscou para o seu quadro o servidor do Iprev Célio Peres, mestre em Previdência. Ele ajudou a estruturar a reforma proposta pelo governo estadual.

Segundo o especialista, além das medidas encaminhadas e do regime para os servidores que entraram a partir de 2008 que já está funcionando bem, outras medidas podem ser tomadas para melhorar a receita.

Na avaliação de Peres, o Estado precisa levar ao governo federal o anseio político em relação à Previdência. É necessário estabelecer idade mínima

junto com o tempo de contribuição. Também é possível rediscutir a situação do servidor inativo não-contribuidor. Estimativas apontam que se todos contribuíssem para o sistema, seria possível obter mais R\$ 500 milhões em receita.

Não resolveria por completo o déficit, mas ajudaria. Entre as categorias que podem se aposentar mais cedo, com 25 e 30 anos de trabalho, estão os policiais civis e militares. No caso dos policiais civis, seria necessário uma mudança na constituição para fazer a alteração em todo o país. Para os mi-

litares, é possível mudar por decisão no Estado, por iniciativa do governo, explica o especialista. O fato de Santa Catarina ter a maior longevidade do Brasil é positivo, mas isso também eleva o custo do setor.

Quanto à projeção para 2020, os cálculos atuariais apontam que seriam de R\$ 3,8 bilhões. Mas uma análise mais detalhada da Fazenda considerando triênios a cada cinco anos, crescimento vegetativo da folha, gratificações e reajustes salariais, faz a estimativa saltar para R\$ 7,8 bilhões. Se é assim, é melhor o Estado se preparar.